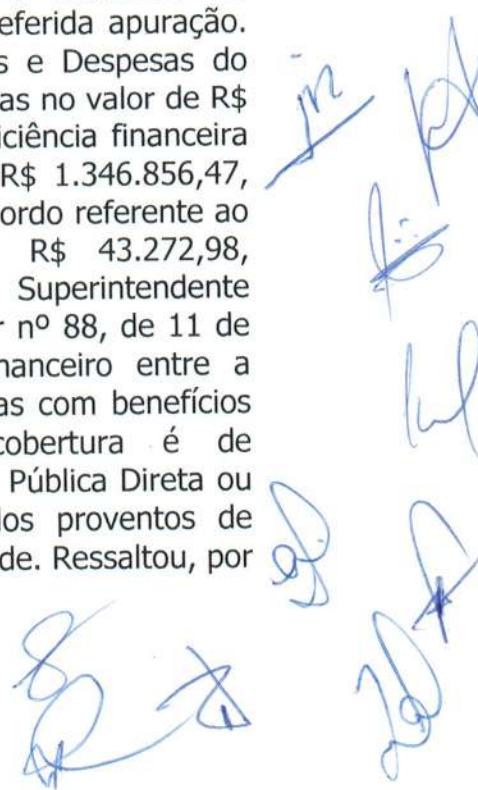
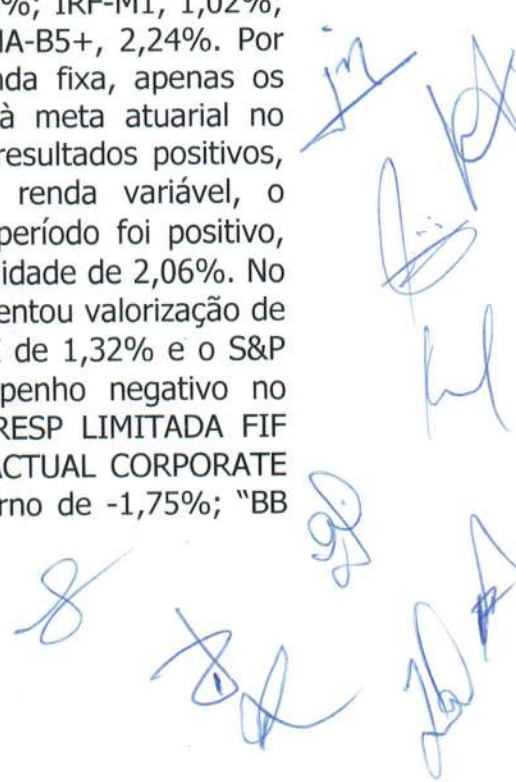


ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IAPEN - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARÇA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2026.

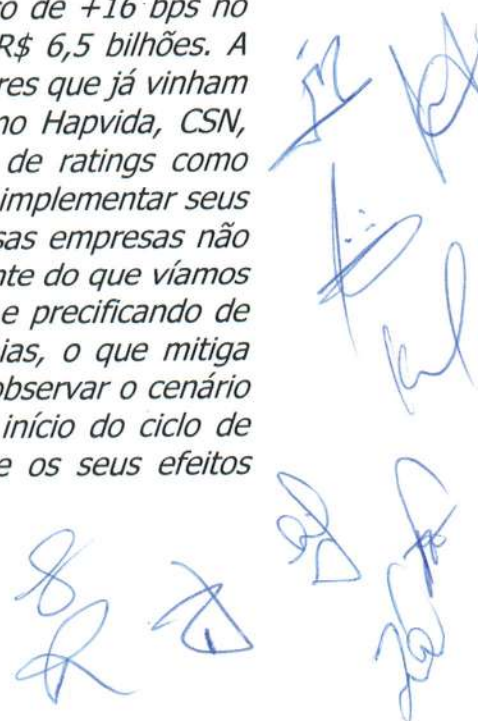
Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 8h30 (oito horas e trinta minutos), no auditório da Autarquia, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do IAPEN: Fábio Henrique Maximiano da Silva, Liliana Burneiko Leite Martins, Luiz Roberto Lopes de Souza e Pedro José Frasson; o conselheiro e membro do Comitê de Investimentos, Paulo Victor do Amaral de Souza; o conselheiro suplente, Odair Krugner; e os membros do Comitê de Investimentos, José Nildo Moreira Tavares, José Roberto Carvalho e Marcelo Batista Assis. Registrou-se a ausência dos conselheiros Erasmo Hideaki Kaihatu, Francisco Ferreira dos Santos, Rafael de Oliveira Mathias e Márcia Regina Barbosa. Esteve presente, ainda, o Diretor Superintendente e Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo Rosa, com direito a voz, porém sem direito a voto nas deliberações do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho, Sr. Pedro José Frasson, ao constatar a existência de quórum legal, declarou aberta a reunião. Na sequência, constatada a ausência do secretário, foi designado para a função o conselheiro suplente Odair Krugner. Em seguida, foi solicitada a leitura da ata da reunião ordinária anterior, realizada em 26 de fevereiro de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta, foi apresentado o balancete das receitas e despesas referente ao mês de fevereiro, o qual apurou o montante de R\$ 2.219.444,82 em receitas, sendo R\$ 96.236,46 oriundos da realização de ganhos com resgates de investimentos efetuados no período. As despesas orçamentárias pagas totalizaram R\$ 2.458.646,90, acrescidas do pagamento de restos a pagar no valor de R\$ 1.300,00, resultando em déficit de R\$ 240.502,08. O Superintendente esclareceu que os aportes destinados à cobertura de insuficiência financeira não são considerados para fins da referida apuração. Em seguida, foi apresentado o Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Financeiro. No mês de fevereiro, registraram-se receitas no valor de R\$ 743.474,41, além de aporte destinado à cobertura de insuficiência financeira no montante de R\$ 643.994,54. As despesas totalizaram R\$ 1.346.856,47, incluindo o pagamento da quadragésima sexta parcela do acordo referente ao Processo nº 1002092-15.2020.8.26.0201, no valor de R\$ 43.272,98, resultando em déficit de R\$ 2.660,50 no período. O Superintendente lembrou que, nos termos do art. 81 da Lei Complementar nº 88, de 11 de outubro de 2022, § 1º, sempre que houver déficit financeiro entre a arrecadação das receitas do Fundo Financeiro e as despesas com benefícios previdenciários e demais encargos, a respectiva cobertura é de responsabilidade dos órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, a ser repassada mensalmente na proporção dos proventos de aposentadorias e pensões vinculados a cada órgão ou entidade. Ressaltou, por



fim, que tais disposições vêm sendo rigorosamente cumpridas, mantendo-se as obrigações do Fundo Financeiro em dia, encerrando-se o período com saldo de R\$ 281.320,78. Na sequência, foi apresentado o Demonstrativo das Despesas Administrativas. No mês de fevereiro, registraram-se receitas no valor de R\$ 107.128,14 e despesas no montante de R\$ 69.446,15, apurando-se superávit de R\$ 37.681,99. O Superintendente informou que todas as obrigações relativas às despesas administrativas encontram-se devidamente adimplidas, tendo o fundo encerrado o período com saldo de R\$ 510.075,36. Em relação ao Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário, no mês de fevereiro as receitas totalizaram R\$ 1.419.619,91 e as despesas R\$ 1.197.252,06, resultando em superávit de R\$ 222.367,85. O Superintendente esclareceu que o resultado foi influenciado pelo aporte atuarial no valor de R\$ 182.068,28 e pelo recebimento de compensação previdenciária no montante de R\$ 35.026,19, informando, ainda, que no período foram recebidas as últimas parcelas dos CADPREV nº 485, 486, 487 e 488, restando em aberto apenas os CADPREV nº 909 e 912, ambos na parcela 154/240. Por fim, informou-se que o fundo encerrou o mês com saldo de R\$ 238.628.059,85. Na sequência, foi apresentado o Boletim Financeiro referente ao dia 27 de fevereiro, o qual evidenciou saldo em conta corrente no valor de R\$ 150,00 e saldo em aplicações financeiras no montante de R\$ 239.419.355,99, acompanhados dos respectivos extratos. Do total aplicado, R\$ 281.320,78 correspondem ao Fundo Financeiro, R\$ 510.075,36 ao Fundo de Administração e R\$ 238.628.009,85 ao Fundo Previdenciário. No que se refere ao retorno dos investimentos, o Superintendente informou que, no mês de fevereiro, o resultado apurado foi positivo, totalizando R\$ 2.813.466,77, correspondente a uma rentabilidade de 1,19%, superior à meta estabelecida para o período, de 1,10%. Informou, ainda, que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado no mês foi de 0,70%. A carteira de renda fixa apresentou resultado positivo de R\$ 2.003.642,47, equivalente a uma rentabilidade de 1,05%, enquanto o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) registrou variação de 1,00% no mesmo período. No que tange aos demais índices de referência, registraram-se as seguintes variações: IDKA IPCA 2A, 1,22%; IDKA Pré 2A, 0,99%; IRF-M, 0,99%; IRF-M1, 1,02%; IMA-B5, 1,22%; IMA-Geral, 1,18%; IMA-B, 1,79%; e IMA-B5+, 2,24%. Por fim, consignou-se que, dentre os investimentos em renda fixa, apenas os fundos de vértice apresentaram desempenho superior à meta atuarial no período, tendo os demais fundos da carteira registrado resultados positivos, porém inferiores à referida meta. No segmento de renda variável, o Superintendente informou que o resultado apurado no período foi positivo, totalizando R\$ 870.518,84, correspondente a uma rentabilidade de 2,06%. No mesmo período, observou-se que o índice Ibovespa apresentou valorização de 4,09%, enquanto o IDIV registrou alta de 4,38%, o IFIX de 1,32% e o S&P 500 variação negativa de 0,87%. Registraram desempenho negativo no período os seguintes fundos: "CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I", com retorno de -5,18%; "BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND RESP LIMITADA FII - BRCCR11", com retorno de -1,75%; "BB

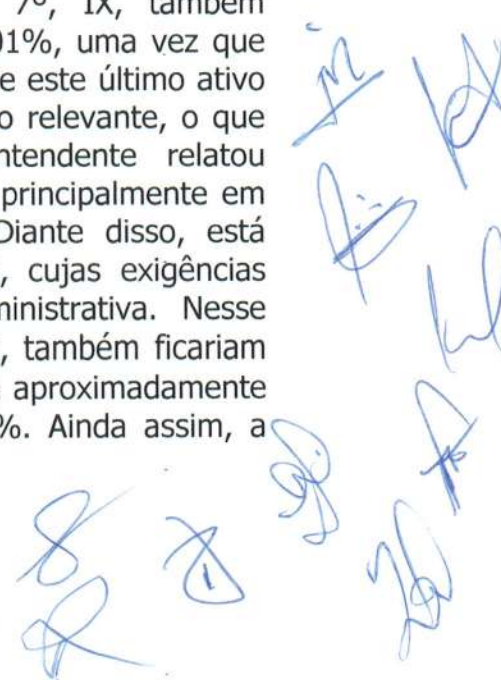


acumulado até o dia 24 de março corresponde a -0,03%. No segmento de renda variável, o desempenho acumulado no período é negativo em 3,49%, enquanto os principais índices de referência apresentaram os seguintes resultados: Ibovespa, com variação negativa de 3,33%; IDIV, -3,00%; IFIX, -1,42%; Global BDRX, -1,89%; e S&P 500, com variação negativa de 3,77%. No segmento de renda fixa, o retorno acumulado apresenta resultado positivo de 0,87%. Nesse contexto, os principais indicadores registraram as seguintes variações: IRF-M1, 0,75%; CDI, 0,94%; IRF-M, -1,16%; IMA-B5, 0,58%; IMA-B5+, -1,60%; IMA-B, -0,65%; IMA-Geral, 0,08%; IDKA Pré 2A, -1,35%; e IDKA IPCA 2A, 0,55%. Quanto aos investimentos no exterior, o retorno acumulado no mês apresenta resultado negativo, tendo o índice MSCI World registrado variação negativa de 4,27%. O relatório macroeconômico da consultoria de Investimentos Crédito & Mercado destacou alguns pontos sobre o cenário do mês de fevereiro que influenciaram o mercado de renda fixa local. *"Em fevereiro, o cenário internacional foi dominado pela suspensão das tarifas de Trump pela Suprema Corte, seguida pelo anúncio de uma nova tarifa global de 15%, além da escalada das tensões após o ataque dos EUA e Israel ao Irã no último dia do mês. A inflação medida pelo PCE voltou a subir para 2,9% (vs. 2,8% anterior). No Brasil, a ata do Copom reforçou que um ciclo cauteloso de cortes pode começar em março, movimento sustentado pelo IPCA de janeiro em linha com o esperado. Entretanto, a divulgação do IPCA de fevereiro, bem acima das expectativas do mercado, somado a preocupações com o impacto da alta do petróleo sobre a inflação, devem acrescentar cautela na decisão do colegiado. No fechamento do mês, os yields dos Treasuries recuaram diante de maior aversão ao risco global, com investidores buscando ativos seguros. A T-Note de dois anos fechou em 3,39% (-14 bps vs. mês anterior), enquanto a de dez anos encerrou em 3,96% (-29 bps). No Brasil, a NTN-B 2030 terminou a 7,64% (vs. 7,68% no mês anterior); o DI jan/27, em 13,28% (-21 bps); o DI jan/29, em 12,65% (-8 bps); e o DI jan/31, em 13,04% (-6 bps). No mercado de crédito privado, o mês foi marcado por maior volatilidade nos preços dos ativos, resultando em uma abertura de +9 bps no IDA DI. Mesmo diante desse cenário, a captação seguiu positiva, alcançando R\$ 6,4 bilhões no mês. O segmento de infraestrutura seguiu uma trajetória semelhante, com avanço de +16 bps no IDA IPCA INFRA, em um mês em que a indústria captou R\$ 6,5 bilhões. A maior parte da abertura de spread foi proveniente de emissores que já vinham enfrentando uma situação financeira mais desafiadora, como Hapvida, CSN, Cosan e Raízen, empresas que têm sofrido rebaixamento de ratings como reflexo de resultados fracos em conjunto à morosidade para implementar seus respectivos planos de reestruturação. Vale ressaltar que essas empresas não estão contaminando o mercado como um todo. Diferentemente do que víamos há algum tempo, o crédito privado vem ganhando liquidez e precificando de maneira correta apenas os riscos específicos das companhias, o que mitiga contaminações no mercado. Para além do crédito, deve-se observar o cenário geopolítico e econômico, sendo os principais assuntos: (i) início do ciclo de queda da taxa Selic, que deverá ser iniciado em março e os seus efeitos*



positivos para a alavancagem das empresas e fluxos de mercado e (ii) escalada do conflito no Oriente Médio que envolve Irã e Estados Unidos, e seus efeitos sobre os preços de energia (petróleo), fretes (principalmente marítimos) e alimentos (cadeia de fertilizantes), que podem impactar a inflação, juros futuros e ciclo de Selic.” O Relatório Focus, divulgado em 20 de março, aponta expectativas de inflação, com projeções de 4,17% para 2026 e de 3,80% para 2027. No que se refere à política monetária, a taxa Selic em 12,50% para 2026, com expectativa de redução para 10,50% em 2027. Quanto ao câmbio, as projeções indicam cotação de R\$ 5,40 para 2026 e R\$ 5,45 para 2027. Quanto à posição atual dos investimentos, não foram apresentadas propostas de alteração da carteira, tendo em vista que os resultados encontram-se superiores à meta atuarial, bem como o fato de que se encontra em curso o processo de definição quanto ao nível de aderência ao Programa Pró-Gestão. Em relação aos recursos mensais, manteve-se a aplicação no fundo “CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP”. Os resgates destinados ao pagamento das despesas mensais do Fundo Previdenciário continuam sendo realizados nos fundos “CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP” ou “CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA”, contribuindo para o reenquadramento gradual da carteira. No que diz respeito ao processo PMG x IAPEN, o Superintendente informou que, no mês de março, foi efetuado o pagamento da 47ª parcela do acordo firmado, no valor de R\$ 43.636,86. Esse montante foi atualizado pelo IPCA referente ao mês de janeiro, no percentual de 0,33%, acrescido de juros de 0,50%, conforme estabelecido no artigo 196-A do Código Tributário Municipal. Na sequência, o Superintendente apresentou as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025, destacando que elas foram analisadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução nº 150/2026, durante reunião realizada em 27 de fevereiro. Informou ainda que os documentos estão disponíveis no Portal da Transparência do Instituto. Dando sequência a pauta, o Superintendente realizou uma breve apresentação do Relatório de Avaliação Atuarial, referente a dezembro de 2025. Segundo ele, o estudo demonstra que as medidas adotadas têm gerado efeitos positivos nos resultados atuariais, não havendo, neste momento, recomendações a serem implementadas. De forma resumida, o relatório aponta os seguintes resultados: no Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), o Resultado Atuarial foi de R\$ 53.838.358,50, somado ao valor atual do plano de amortização do déficit atuarial, fixado em lei, em R\$ 26.476.360,78, resultando em um superávit de R\$ 80.314.719,28. Já no Fundo em Repartição (Plano Financeiro), o Resultado Atuarial foi negativo em R\$ 304.095.680,42, aumento de 0,77% em relação a 2024. O patrimônio total do RPPS evoluiu de R\$ 209.227.667,94, em dezembro de 2024, para R\$ 242.899.062,30 em dezembro de 2025, representando um crescimento de 16,09%. No mesmo período, os investimentos tiveram aumento de 18,01%, passando de R\$ 195.690.191,26 para R\$ 230.931.001,09. O índice de cobertura do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) também apresentou melhora, passando de 91,65% em 2024 para 114,42% em 2025.

Quanto ao aporte atuarial anual de R\$ 2.184.819,36, previsto para o período de 2022 a 2046 e instituído pela Lei Complementar nº 088/2022, foi informado que não haverá alterações. O Fundo Previdenciário segue apresentando níveis adequados de liquidez e solvência, tanto no curto quanto no médio e longo prazo. No Plano Previdenciário, os ativos garantidores cresceram 16,13% no exercício, enquanto as provisões matemáticas tiveram redução de 6,98%, resultando em um resultado positivo de aproximadamente R\$ 49,96 milhões. Já no Plano Financeiro, as provisões matemáticas cresceram apenas 1,38%, gerando aumento de 0,77% na insuficiência financeira, percentual inferior ao reajuste anual aplicado aos benefícios. No resultado atuarial consolidado, observou-se uma redução de 15,99% no déficit atuarial total, que passou de R\$ 297.887.625,99 em 2024 para R\$ 250.257.321,92 em 2025, sem alterações na legislação vigente, seja por inclusão de novos segurados, mudança de alíquotas ou modificação nos critérios de exigibilidade, apenas em decorrência do resultado do exercício. Assim, concluiu-se que os resultados superaram as expectativas. Por fim, foi informado que o estudo foi encaminhado para aprovação do Prefeito por meio do sistema 1doc, conforme o Memorando nº 4.238/2026, e posteriormente será enviado ao Ministério da Previdência, cumprindo todos os prazos legais. Para encerrar, o Superintendente informou que o CRP emitido em 08/11/2025 permanecerá válido até 07/05/2026. Ressaltou que ainda há pendências relacionadas à certificação de alguns membros e esclareceu que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o sistema CADPREV passou a exigir a verificação da certificação de todos os integrantes do Comitê de Investimentos. Além disso, a certificação da maioria dos dirigentes e dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal será analisada pelo sistema em 31/07/2026. Dessa forma, aqueles que ainda não obtiveram a certificação devem providenciá-la com urgência, a fim de evitar problemas na renovação do CRP, considerando que, conforme o extrato de regularidade, este é atualmente o único critério em situação irregular. No que se refere à adesão ao Pró-Gestão, conforme já discutido em reuniões anteriores, o cenário ideal seria a obtenção da certificação de nível III, o que regularizaria praticamente todos os desenquadramentos da carteira de investimentos. Permaneceriam pendentes apenas as aplicações enquadradas no Art. 10, II, que exigem nível IV e representam cerca de 0,14% da carteira, e no Art. 7º, IX, também dependentes de nível IV, cuja participação é inferior a 0,01%, uma vez que somam pouco mais de R\$ 500,00. Destaca-se, contudo, que este último ativo está em processo de liquidação desde 2013, conforme fato relevante, o que impossibilita seu resgate. Por outro lado, o Superintendente relatou dificuldades para atender a alguns requisitos do nível III, principalmente em razão do quadro reduzido de servidores do Instituto. Diante disso, está avaliando a possibilidade de enquadramento no nível II, cujas exigências parecem mais compatíveis com a atual estrutura administrativa. Nesse cenário, além das aplicações dos Art. 10, II e Art. 7º, IX, também ficariam desenquadrados os ativos do Art. 8º, III, que representam aproximadamente 3,20% da carteira, e os do Art. 11, com cerca de 0,18%. Ainda assim, a



ANEXOS

Tabela 01: Fluxo de Caixa - Fevereiro/2026.

Itens	1 - RECEITAS x DESPESAS				Total
	Fundo ADM	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário	Fundo Total	
Saldo Anterior	467.634,34	282.696,48	235.555.046,08	236.305.376,90	
Repasso das Contribuições	107.128,14	697.583,61	1.043.329,27	1.848.041,02	
Cadprev	-	-	159.196,17	159.196,17	
Comprev	-	45.513,00	35.026,19	80.539,19	
Amortizações / Dividendos	-	-	3.997,49	3.997,49	
Cupons de Juros	-	-	-	-	
Rentabilidade	4.809,03	1.284,80	2.803.375,45	2.809.469,28	
Aportes por Insuficiência Financeira	-	643.994,54	-	643.994,54	
Aportes Amortização de Déficit Atuarial	-	-	182.068,28	182.068,28	
Outras Receitas	-	377,80	43.272,98	43.650,78	
(+) Entradas	111.937,17	1.388.753,75	4.270.265,83	5.770.956,75	
(-) Pasep	1.212,27	-	-	1.212,27	
(-) Comprev	-	6.762,64	-	6.762,64	
(-) Despesas	19.794,44	43.272,98	-	63.067,42	
(-) Folha Pgto.	48.439,44	1.340.093,83	1.197.252,06	2.585.785,33	
(-) Sentenças Judiciais	-	-	-	-	
(-) Saídas	69.446,15	1.390.129,45	1.197.252,06	2.656.827,66	
Saldo Final	510.125,36	281.320,78	238.628.059,85	239.419.505,99	












Tabela 02: Aplicações - Fevereiro/2026.

2 - APLICAÇÕES					
Segregação	Tipo	Fundo			Valor
ADMINISTRATIVO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	37.779,32
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	75.461,31
FINANCEIRO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	460.235,60
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	457.575,10
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	-
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	1.646.261,27
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	182.068,28
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	23.215.008/0001-70	1.139.723,79
		Aplicação	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	-
PREVIDENCIÁRIO	CUPONS DE JUROS	Resgate	BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	54.602.092/0001-09	312.091,53
		Aplicação	BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	54.602.092/0001-09	-
PREVIDENCIÁRIO	CUPONS DE JUROS	Resgate	BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2028 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	49.963.751/0001-00	108.177,53
		Aplicação	BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2028 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	49.963.751/0001-00	-
PREVIDENCIÁRIO	CUPONS DE JUROS	Resgate	CAIXA BRASIL 2026 X TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	54.518.391/0001-60	125.681,24
		Aplicação	CAIXA BRASIL 2026 X TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	54.518.391/0001-60	-
PREVIDENCIÁRIO	CUPONS DE JUROS	Resgate	CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	18.598.042/0001-31	59.253,69
		Aplicação	CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	18.598.042/0001-31	-
PREVIDENCIÁRIO	CUPONS DE JUROS	Resgate	CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	20.139.534/0001-00	106.924,55
		Aplicação	CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	20.139.534/0001-00	-
PREVIDENCIÁRIO	CUPONS DE JUROS	Resgate	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	56.134.800/0001-50	127.107,96
		Aplicação	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	56.134.800/0001-50	-
PREVIDENCIÁRIO	DIVIDENDOS	Resgate	CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	3.100,00
		Resgate	BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND FII - BRCR11	08.924.783/0001-01	897,49

Tabela 03: Retorno carteira - Fevereiro/2026.

Mês	Saldo Anterior	Aplicação	Resgate	Saldo Mês	Retorno R\$	Retorno Ac R\$	Retorno Mês %	Retorno Acum %
Janeiro	230.931.001,09	21.251.446,57	- 20.809.861,64	236.305.226,90	4.932.640,88	4.932.640,88	2,13%	2,13%
Fevereiro	236.305.226,90	2.781.635,02	- 2.476.975,21	239.419.355,99	2.813.466,77	7.746.107,65	1,19%	3,35%
Março	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Abril	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Maior	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Junho	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Julho	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Agosto	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Setembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Outubro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Novembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Dezembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Expectativas de Mercado

20 de março de 2026

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

	2026				2027				2029			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. 5 dias úteis**	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. 5 dias úteis**	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal*	Resp. 5 dias úteis**
IPCA (variação %)	3,91	4,10	4,17 ▲ (2)	156	4,21	97	3,80	3,80	3,80	3,80	3,50	3,50
IPCA Administrados (variação %)	3,71	3,40	3,45 ▲ (3)	76	3,51	46	4,00	4,00	4,00	4,00	3,73	3,73
IPCA não Administrados (variação %)	3,67	3,85	4,02 ▲ (2)	108	4,19	70	3,72	3,74	3,77 ▲ (1)	3,77	3,50	3,50
Conta corrente (US\$ bilhões)	-67,70	-67,40	-66,80 ▲ (3)	43	-64,20	19	-65,00	-65,00	-64,50 ▲ (1)	-64,00	-63,50	-63,25 ▲ (2)
Balança comercial (US\$ bilhões)	66,38	69,56	70,00 ▲ (6)	44	70,00	19	72,30	72,85	73,00 ▲ (3)	73,40	74,95	75,09 ▲ (1)
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	75,00	75,00	75,00 = (5)	42	75,00	19	78,50	78,50	78,50 = (2)	80,00	80,00	80,00 = (6)
Investimento líquido do setor público (% do PIB)	70,00	70,00	69,90 ▼ (1)	63	69,95	30	73,85	73,80	73,80 = (2)	75,40	75,40	75,40 = (3)
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50 = (5)	69	-0,50	32	-0,42	-0,41	-0,40 ▲ (2)	-0,24	-0,26	-0,26 = (2)
Resultado primário (% do PIB)	-8,58	-8,50	-8,50 = (1)	60	-8,50	27	-8,00	-8,00	-8,00 = (4)	-7,84	-7,85	-7,85 = (3)
Resultado nominal (% do PIB)	-8,58	-8,50	-8,50 = (1)	60	-8,50	27	-8,00	-8,00	-8,00 = (4)	-7,84	-7,85	-7,85 = (3)

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2026 — 2027 — 2028 — 2029

